

## A UNIVERSIDADE E SEU COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

**Nilza da Silva Martins**

[nilzapt@hotmail.com](mailto:nilzapt@hotmail.com)

**Universidade do Estado da Bahia**

**Marilde Queiroz Guedes**

[marildequeiroz@outlook.com](mailto:marildequeiroz@outlook.com)

**Universidade do Estado da Bahia**

**Resumo:** A proposta desta comunicação insere-se no subtema 2 –“Os Contributos do Ensino Superior face aos Novos Desafios Societais. A temática, apesar de não ser nova, continua central e requer a atenção de todos os países, considerando a educação um direito subjetivo e constitutivo do cidadão, e a universidade um lócus privilegiado para a compreensão da realidade, com compromisso e responsabilidade ética para com a sociedade. Historicamente, a universidade tem enfrentado desafios vivenciados por aqueles que, diuturnamente, vêm tentando construí-la. Sempre se fala nesta instituição como produtora de saberes, saberes esses que vivem em constantes projetos de disputa. De um lado, estão aqueles que acreditam que os conhecimentos da universidade são revitalizados, reestruturados, referenciados na prática social e, por outro lado, aqueles que acreditam que ela é o *locus* genuíno do saber. A partir dessa “contradição”, pontuamos sua dimensão política e científica. Esta perspectiva nos leva a repensar a sua gênese e, acima de tudo, o seu papel na contemporaneidade, que nos aponta para as questões sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade. Uma das funções políticas e pedagógicas da universidade está em colocar os conhecimentos que produz a serviço da sociedade, com vistas a um futuro melhor para a humanidade. Para tanto, as relações dialógicas com todos os segmentos da sociedade precisam ser mais estreitadas. A universidade não pode e nem deve ficar ilhada porque vai de encontro à sua própria função social. Objetivamos reafirmar o papel da universidade como instituição social e seu compromisso com a sociedade, frente aos desafios postos na atualidade. Metodologicamente, lançamos mão da abordagem qualitativa com uma incursão teórica e, também, o trabalho de campo. A base teórica tem contribuições de Chauí; Romano; Sguissard; Dias Sobrinho; Souza Filho; Ristoff, dentre outros. Nessa perspectiva, esperamos contribuir com a reflexão e suscitar novos debates acerca da temática.

Palavras-chave: Universidade; Compromisso Social; Sociedade.

## **1.Introdução**

A discussão em torno da Universidade, seu papel e função remonta há alguns séculos. Sua trajetória histórica nos lembra dos desafios vivenciados por aqueles que, diuturnamente, vêm tentando construí-la. Sempre se fala nesta instituição como produtora de saberes; saberes esses que vivem em constantes projetos de disputa. De um lado, estão aqueles que acreditam que os conhecimentos da universidade são revitalizados, reestruturados, referenciados na prática social e, por outro lado, aqueles que acreditam que ela é o *locus* genuíno do saber. A partir dessa “contradição”, pontuamos sua dimensão política e científica. Esta perspectiva nos leva a repensar a sua gênese e, acima de tudo, o seu papel social na contemporaneidade, que nos aponta para as questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

## **2. Concepção de Universidade**

Por essa conjuntura, Dias Sobrinho (2005, p.31) afirma que a universidade “é uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, sociais, portanto, ações constitutivas do ético e do político”. Assim, “um espaço institucional de formação de seres pensantes, críticos, reflexivos”.

Essa abordagem nos reporta à concepção de que esta instituição está permeada por “práticas humanas e sociais”, práticas essas que estão diretamente relacionadas com o seu contexto. É impossível pensarmos de forma descontextualizada, sem inseri-la no espaço social, econômico, cultural e político. Para tanto, é preciso levar em consideração as relações humanas que convergem em seu interior e o seu papel de suscitadora de outras formações, de construção coletiva de conhecimentos, a partir da relação dialógica que estabelece com os sujeitos sociais que vivem nos diversos espaços políticos do seu entorno. Portanto, uma de suas características é a sua própria universalidade, em defesa de uma visão plural e incrustada no território em que está inserida.

Contrapondo tal discussão, notamos que essa visão de universalidade tem sofrido, nas últimas décadas, uma atrofia, revelada em função da omissão de uma das suas principais características, que é fomentar as condições para a produção do conhecimento. Essa sua responsabilidade fragiliza-se quando não viabiliza projetos e programas em prol do bem-comum e do avanço da ciência, da arte, da cultura.

Nessas condições, amplia-se a necessidade de identificar e desconstruir as visões multifacetadas que permeiam esse espaço acadêmico, amparadas legal e politicamente, por três dimensões: ensino, pesquisa e extensão, as quais dão dinamicidade ao existir da universidade.

Em nosso entendimento, um dos maiores desafios contemporâneos da universidade está ancorado na possibilidade de, através de sua existência, contribuir para a construção da vida humana. Nesse sentido, torna-se salutar repensar o significado dessa afirmação a partir das contradições históricas vivenciadas na atualidade. Considerando esse aspecto, sabemos que a universidade, em um território de disputa, também vivencia essa ação. É fundamental que, em suas opções políticas, defina quais projetos devem ser priorizados em suas atividades acadêmicas, que tenham como objeto a ampliação da vida humana. Esta decisão permite que, como instituição social, apesar da contradição histórica em que está inserida, a universidade seja parceira na construção de uma lógica societária que tem como premissa a dignidade humana.

A possibilidade de estabelecer diálogos com a diversidade de sujeitos históricos demonstra que a universidade, além das tarefas mais cotidianas, deve ser uma força capaz de contribuir para as afirmações destes. Na justificativa de sua existência, cabe, então, aproximar-se cada vez mais da sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que foram excluídas do acesso aos bens e serviços. A construção de espaços sociais inclusivos deve permear suas ações coletivas. A esse respeito, Souza Filho (2005, p.179) corrobora afirmando que em sociedades divididas em interesses, “a missão da universidade define-se com relação a esses interesses e seus conflitos”. No caso da universidade pública, alerta o autor, “ela somente pode se destinar àqueles interesses que realizem interesses públicos e coletivos, o interesse geral, o bem comum.

Destarte, essa instituição necessita ser ajustada para que os interesses coletivos sejam mais evidentes e vivenciados. Ela não precisa ser rotulada de universidade para os pobres e excluídos, contudo, suas ações, principalmente na esfera pública, podem contribuir para a diminuição da pobreza e da exclusão social. Essa nova construção está diretamente relacionada à própria concepção da pesquisa e ao papel que a instituição universitária denota a esta ação, tão fundamental para a produção científica. Trata-se da referência social da universidade. Na construção coletiva do conhecimento, este é o foco que precisa ser evidenciado. Assim, no contexto estudado, a presença da universidade

em um território deve ser caracterizada por ações que, efetivamente, devem contribuir para a diminuição da pobreza e para o interesse comum. Entretanto, na lógica da sociedade capitalista, a universidade deve propiciar a produção de insumos que estejam a serviço do desenvolvimento econômico, nem sempre coletivo.

Por outro lado, não se pode deixar de abordar que este posicionamento implica necessariamente opções políticas que, dentro de um Território de Identidade em disputa, vão gerar conflitos e confrontos com todos aqueles que não desejam a construção de uma sociedade autônoma e independente. A universidade não pode distanciar-se desses confrontos. Ao contrário, cabe a ela posicionar-se enquanto instituição pública, responsável pela construção coletiva de saberes.

Dentro do Território, os embates de classe são claramente expostos, como exemplifica a disputa entre os interesses da agricultura familiar que não coadunam com os interesses do agronegócio, predominante no Território da Bacia do Rio Grande<sup>1</sup>. Não se trata de tomar partido. É preciso, enquanto instituição pública, colocar-se a serviço da sociedade e, nesse caso específico, dos agricultores familiares, os conhecimentos que possam subsidiá-los na melhoria de suas vidas, dando-lhes condições de enfrentar os desafios impostos pelo agronegócio.

Souza Filho (2005) critica a separação da universidade do mundo e dos problemas reais da sociedade. Para o autor, isso é impensável. Ele defende que a universidade, devolva à sociedade todos os recursos que nela são aplicados em forma de conhecimento, tecnologias, formação de profissionais, tendo em vista o interesse público. Repensá-la, a partir dessa análise, é reconstruir um novo fazer universitário, que, dialeticamente, vai modificar a sua estrutura interna, pois são evidentes as dificuldades de relações dialógicas entre concepções que se verificam nesta instituição.

Outra questão essencial é a consciência de que o ensino não acontece como um ato isolado da prática científica. Nesta interação, reside o fim da grande divisão, ou seja, o entrelaçamento do ensino, da pesquisa e da extensão no cotidiano da universidade, entendidos como projetos comunitários.

---

<sup>1</sup> O Território da Bacia do Rio Grande é formado pelos municípios de Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley. Destes, Barreiras, Formosa, Luis Eduardo e São Desidério são considerados impulsionadores do agronegócio.

A Universidade, enquanto espaço de produção do conhecimento, precisa estruturar-se institucionalmente na articulação de suas funções educativas. Enquanto uma instituição social (CHAUI, 2003), ela não pode apenas refletir a forma de organização da sociedade, mas intervir nesse processo organizacional em uma perspectiva de construção de identidades. As relações que a universidade estabelece com a sociedade são dialéticas. Precisamos compreendê-las, também, inserida em um contexto de formação acadêmico-profissional que extrapola uma visão puramente voltada para um “ensino médio melhorado”, mas, acima de tudo, um espaço político de articulação de saberes culturalmente constituídos, que reconstroem caminhos de intervenção concreta na realidade.

Um ensino que acontece desarticulado da pesquisa e da extensão torna o saber atrofiado, descontextualizado e, conseqüentemente, reproduz relações acadêmicas fragmentadas e precarizadas. A construção desse modelo tem se fortalecido no desenvolvimento do capitalismo, que apresenta reflexos inquietantes para a universidade. Dentro dessa lógica, ela passa a estruturar-se de forma organizacional, atendendo aos interesses daqueles que desejam que ela seja operacional, que atenda às demandas apresentadas pelo modelo vigente da sociedade.

Silva (2006, p. 234) pontua que uma concepção de universidade decorrente dessa lógica descaracteriza seu papel de “produção do conhecimento *desinteressado* (grifo da autora) e de formação, bem como de análise e crítica das questões sociais mais relevantes, absorvendo, na íntegra, o discurso neoliberal em torno da eficiência e produtividade. Segundo a autora, essa mudança da “concepção universitária” está sintonizada com o processo de reestruturação produtiva que a sociedade vivencia, afetando diretamente a produção do saber universitário.

Vivenciamos uma universidade preocupada em atender as demandas do mercado e comprometida com os interesses que, contraditoriamente, esbarram numa concepção mais societária, embora essas ações não aconteçam de forma tranquila. A universidade é palco de disputas. Nesse cenário, vários interesses se debatem e se confrontam, portanto, não podemos pensá-la fora da concepção de classe. Mesmo assim, a universidade pode atender às peculiaridades regionais, levando em consideração os interesses da maioria da população.

A lógica desse contexto é a do *neocapital* que está vinculada à redução de custos e ao aumento significativo de novos trabalhadores com perfis profissiográficos

embalados por uma concepção de qualificação coerente com a lógica capitalista. Vale salientar que o mercado se pauta no discurso da autonomia, da polivalência, como atributos essenciais que devem possuir esse novo trabalhador. Entretanto, essas qualificações não simbolizam sua permanência no emprego, muito pelo contrário, o rodízio é muito rápido, pois a cada dia é solicitado um profissional mais atualizado.

Sobre este aspecto, podemos perceber que o sistema educacional passa a ter um papel essencial. É preciso “oferecer” ao mercado pessoas que possam atender à sua demanda, em um período mais curto possível. Logo, o aumento significativo de vagas, desconsiderando as questões de qualidade, é o que mais se apresenta neste contexto. Ratificando essa análise, Ristoff (1999) salienta que:

[...] É, sem dúvida, fundamental que o país desative a bomba-relógio da repressão quantitativa, fruto do nosso elitismo histórico, mas é também fundamental que no processo não se ative a bomba-relógio da baixa qualidade. Os cursos sequenciais não podem ser usados para transformar as poucas universidades em “colleges” (*grifo do autor*) e a educação pelo lucro não pode ser sinônimo de Universidade (p. 32).

O fortalecimento desse novo tipo de universidade não tem sido aceito de forma pacífica. Os movimentos sindicais e associações dos profissionais da educação, diretamente ligados ao ensino superior, têm resistido a essa política de reestruturação. Por isso, são frequentes e cada vez mais fortes os embates em torno do dilema: quantidade X qualidade. Frear o elitismo que ainda permeia nossos espaços acadêmicos é uma atitude imperiosa. Contudo, não podemos associar o aumento no número de vagas com a diminuição da qualidade do ensino superior, ou até à visão de um ensino médio “melhorado”. Chauí (2001, p. 38) pontua “não devemos reduzir a graduação a um segundo grau avançado com formação de mão-de-obra rápida e barata”.

A compreensão, dentro de uma perspectiva dialética que precisamos ter da universidade, é que ela se constitui espaço ético-científico de formação, de construção de saberes e valores, de aprendizagens revisitadas e de novos conhecimentos. Pensar o ensino é ter convicção da necessidade de investimentos qualitativos e significativos desvinculados do processo de massificação. Além disso, é acreditar na extensão como um braço integrador da comunidade, capaz de produzir novos olhares para as práticas cotidianas; é ver a pesquisa como elemento fundante de intervenção na sociedade. Esta

é a relação que precisamos construir. Nela reside o tripé da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.

A partir dessa abordagem, percebemos que, contrariando o discurso capitalista de expansão e de atendimento às peculiaridades regionais, que podem ser atendidas desde que estejam direcionadas para o bem coletivo, percebemos uma mudança do papel da universidade e sua integração ao novo modelo de expansão do capital. Comungamos com Chauí (2003, p.05):

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos **no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade** (grifos nossos).

Hoje, mais que do antes, a estruturação da universidade em espaços *uni* e *multicampi* requer de seus atores, posicionamentos mais críticos e uma participação social mais ativa. Nesta conjuntura, ensino, pesquisa e extensão e suas relações com a sociedade têm nos impulsionado a analisar as demandas atuais que estão historicamente delegadas à universidade. Esta relação constitui uma das funções políticas e sociais da universidade no contexto da educação superior.

Ressaltamos a importância de a universidade reconstruir dialeticamente o conhecimento a partir de sua inserção nos espaços políticos, contribuindo para que as pessoas envolvidas na diversidade dos movimentos sociais existentes possam construir caminhos mais justos. Em outras palavras, as lutas históricas por melhorias nas condições de vida da população devem ecoar nas instituições universitárias.

A nossa compreensão é que o saber historicamente construído pela humanidade deve ser revitalizado, reelaborado em consonância com a diversidade sócio-político-econômico-cultural. Essa forma de entendê-lo e vivenciá-lo oportuniza àqueles que estão na universidade uma nova postura, um novo comprometimento. Nessa ótica, Romano (2006, p. 18) esclarece “a universidade pública se define pelo seu âmbito estatal ou nada significa. No estado de direito, a vida das pessoas é regulada por leis e não pelo arbítrio deste ou daquele dirigente político, setor social ou partido”. Com isso, a responsabilidade da universidade, do conjunto de seus atores, que são os professores,

estudantes, funcionários passa a ser ampliada, extrapola os “muros” e começa a sintonizar-se com a própria dinâmica social.

A universidade, sob esta ótica, tem a tarefa política de proporcionar aos grupos sociais uma reelaboração do conhecimento produzido, tornando-o instrumento de emancipação. Para que isso ocorra, a relação histórica construída externamente com o território em que está inserida pauta-se na ética e no respeito à diversidade social, política, econômica e cultural.

### **3. Na tessitura do conhecimento acadêmico constrói-se o compromisso com a sociedade:**

Uma das funções políticas e pedagógicas da universidade está em colocar os conhecimentos que produz a serviço da sociedade. Para que isto ocorra, as relações dialógicas com os Movimentos Sociais e demais segmentos da sociedade precisam ser mais estreitadas. Assim, denominamos de universidade “territorializada” àquela que vive uma relação de pertencimento com os sujeitos históricos que habitam o território, construindo parcerias, ajudando na elaboração de projetos e programas que visam às ações coletivas. A formalização dessas ações não acontece harmonicamente, pois a sua territorialidade é permeada de conflitos, devido sua constituição e o seu caráter investigativo.

Considerando essa abordagem, Romano (2006, p. 20-21) esclarece que o horizonte da universidade é o humano, em qualquer hora e lugar que ele esteja. A universidade “realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceberem seus problemas e esperanças em nível cósmico”.

É necessário haver uma relação cada vez mais estabelecida entre as demandas locais e os problemas universais. O território no qual a universidade e os movimentos sociais estão inseridos não está isolado, ele está incrustado em uma dada realidade que se articula tanto localmente, quanto universalmente. O pensar e o agir local não podem ser descontextualizados. É imperioso superar a universidade desterritorializada. Torna-se fundamental abordar que essa desarticulação existente se fortalece com a implantação da Reforma do Estado Capitalista Brasileiro, que, em sua gênese, apresenta a mudança na constituição da universidade.



Tal abordagem materializa-se quando se introduz na universidade todo um discurso “neoliberalizante”, criando um fosso entre a educação enquanto direito e educação enquanto mercadoria, podendo ser vendida e comprada de acordo com a capacidade econômica de cada sujeito. Essa visão mercadológica contribuiu para o crescimento das privatizações no ensino superior, o surgimento de faculdades de qualidade “duvidosa”, pois os parâmetros deixaram de ser a necessidade e o desejo da população em ter acesso à universidade, passando a ter decisiva importância o retorno econômico que essas novas instituições poderiam fornecer.

Essa afirmação nos apresenta alguns aspectos importantes que vão desde a identidade da universidade, passando pela diminuição dos recursos e envolvendo a discussão da inclusão, que não é apenas o acesso, mas, a permanência daqueles que nela chegam. Corroborando a análise, Frigotto (2006, p. 24) posiciona-se “a universidade pública e a educação básica de nível médio estão cada vez menos na agenda da classe burguesa brasileira detentora e associada, de forma subordinada, ao sistema capital mundial”.

Esse processo aponta para a importância e necessidade de construção de saberes “grávidos” de compromisso social, que possam subsidiar e apontar caminhos na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Novamente, recorreremos ao debate em torno das contradições que permeiam a função da universidade. Formar professores capacitados é muito importante, mas ter professores pesquisadores e comprometidos com as transformações sociais, políticas e econômicas é imprescindível neste novo panorama mundial.

A tessitura de um novo conhecimento acadêmico pode se concretizar nas relações gestadas entre a universidade e os movimentos sociais. Assim, a formação do professor precisa articular, em sua prática pedagógica, o ensino, a pesquisa e a extensão, como ato político imprescindível para essa nova universidade.

O conhecimento do território e de seus atores oportuniza um redesenho desta instituição social. A construção de projetos e programas articulados com os sujeitos sociais presentes no território, sinaliza que a universidade pretende, dentro de sua complexidade, “reinventar” novas posturas pedagógicas, a partir de suas contradições, reconhecendo os seus limites institucionais, fomentando a criação de novas relações sociais. Para Souza Filho (2006, p. 183) “a universidade cumpre o seu papel quando forma

profissionais “inconformados, inadaptados”, profissionais capazes de se indignar e de produzir indignação diante das desigualdades e das injustiças, diante da discriminação e da violência”.

A “indignação”, quando associada aos anseios dos movimentos sociais, produz novos saberes acadêmicos, que podem nortear a construção de diversas ações de enfrentamento no que se refere à disputa no campo do poder. Outro aspecto a salientar é a discussão a respeito da qualidade universitária. Não podemos quantificá-la. No entanto, o que vemos é um *rankiamento* a partir dos parâmetros estabelecidos na lógica neoliberal, pois, o conceito de qualidade, como outros, foram apropriados pelo Estado e confundem o debate de democratização da educação.

A discussão em torno da qualidade, portanto, não pode ser isolada do contexto da reestruturação produtiva, que atingiu profundamente o mundo do trabalho, tornando-o vulnerável e mais flexível. Nessa conjuntura, interessa-nos compreender a universidade enquanto instituição pública, produtora de conhecimentos (CHAUÍ, 2001).

Destacamos ainda que a discussão sobre qualidade precisa ser focada também nas relações com os movimentos sociais, que diretamente são atingidos por essa nova lógica societária. A tessitura do saber acadêmico será gestada no confronto, na formação de “intelectuais orgânicos” capazes de enfrentarem e reconstruírem uma nova “sociabilidade”. Essa construção, muitas vezes, enfrentará obstáculos, pois fugirá da lógica capitalista que, segundo Neves (2006), o Estado preconiza em suas reformas educacionais.

Contrariando a concepção recomendada pelo Estado, a universidade, em sua relação dialética com os movimentos sociais, vai transformando as ações que a sociedade capitalista espera dela na formação do “sujeito em assistente social”, em uma nova reconfiguração sócio-política e cultural. Na concretização dessas ações, é imprescindível estabelecer parcerias, construir projetos coletivos, a elaboração e afirmação de identidades. Contudo, a desconstrução de uma lógica e a possibilidade de estruturação de outra não se efetiva com tanta rapidez. A vivência histórica mostra que precisamos estar vigilantes nesta construção. A elaboração do saber novo, comprometido com os movimentos sociais, nascerá das relações dialógicas que serão estabelecidas entre estes e a universidade.

Atentemos para o que ressalta Dias Sobrinho (2005, p 245)

A educação, a informação e o conhecimento oferecem as melhores possibilidades para os cidadãos e as nações enfrentarem as violentas ondas globais que inundam todos os vãos e desvãos do planeta. Porém, é essencial também contar com as âncoras da pertinência e da responsabilidade social que vinculam as pessoas às suas identidades concretas, para que assim possam ver com mais clareza e propriedade o horizonte ético, a direção e sentidos do futuro a construir, como indivíduos autônomos e nação soberana.

Para finalizar, acreditamos que a construção dialética do saber acadêmico está entrelaçada com a afirmação dos valores éticos políticos e culturais. Sua tessitura se efetiva na relação com os movimentos sociais. Souza Filho (2005) apresenta para a universidade a tarefa de ajudar na resolução dos principais problemas da sociedade, tais como saúde, educação, violência, e direitos humanos. Todos esses desafios estão presentes no Território. A construção dessa “nação soberana” mencionada pelo autor não se efetiva fora do enfrentamento cotidiano, com a diversidade de atores sociais que vivem neste espaço social e político. Nesta luta diária, as contradições são evidenciadas. É fundamental a compreensão de que elas vão aflorar a cada instante. Portanto, as relações são efetivamente dialéticas.

De forma mais ampla, precisamos, a partir das realidades apresentadas no território, construir novos olhares, novas intervenções, novas posturas. Tudo isso se efetiva nos caminhos coletivos estabelecidos entre a universidade e os movimentos sociais. A crença de que essa relação é necessária e possível, embora conflituosa, contribui para que possamos estabelecer vínculos mais efetivos entre essas duas instituições.

## **Referências**

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANI,

Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

NEVES, Lúcia Maria W. A reforma da Educação Superior e a Formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, Ângela C. de; NEVES, Lúcia Maria W. (Orgs.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

RISTOFF, Dilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a Universidade. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Orgs.). **A ideia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006.

SILVA, Ronalda Barreto. As armadilhas da Reforma da Educação Superior: As Universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Orgs.). **A ideia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006.

SOUZA FILHO, Alipio de. O ideal de universidade e sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.